



3779570



00135.206603/2023-92



**Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania  
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**

**ATA 316ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA JULHO**

**DATA: 12 E 13/07/2023**

Nos dias doze e treze do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, na Câmara dos Deputados Federal (Plenário Ulysses Guimarães) e Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Auditório Ana Paula Crossara - 8º andar, Brasília – DF, foi realizada a Tricentésima Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA. **No dia 12/07/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Amanda Anderson de Souza (MPS); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Claudia Faillace (Associação Humana Povo para o Povo Brasil); Claudio Augusto Vieira da Silva (SNDCA); Clóvis Alberto Pereira (ONCB); Daiane Boelhouver Menezes (MPO); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Elói Gallon (CNBB); Fabiane Macedo Borges (MDS); Luciana Siqueira de Pinho (FENAPESTALOZZI); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Marco Antônio Soares (CUT); Mariangela Ferreira Andrade (MinC); Marta Volpi (ABRINQ); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO); Tatiane Vendramini Parra Roda (MDS). Convidados/Observadores: Ana Luiza Castro (FNDCA/CFP); Assis da Costa Oliveira (SNDCA); Elaine Itacarambi (FNDCA/SALESIANOS); Elias (MDS); Hélio Castro (SNDCA); João Carlos Gonçalves (ONCB); Naiara Genn (Mãe - Alice Genn – CPA); Paloma (Intérprete de libras); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ/FNDCA); Mayara Souza (SNDCA/MDH); Ricardo Washington Moraes de Melo (FNDCA/OAB); Rita Lemos (CEDCA-Piauí); Sérgio Roberto (Secretaria Executiva do Conanda); Valquiria (Mãe - Vitor Nathan – CPA); Vicente Sossai Falchetto (FNDCA/MARISTA). **No dia 13/07/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Amanda Anderson de Souza (MPS); Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Claudio Augusto Vieira da Silva (SNDCA); Clóvis Alberto Pereira (ONCB); Danyel Lório de Lima (MPO); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Diego Bezerra Alves (SNDCA/MDH); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Elói Gallon (CNBB); Laís Weber (ME); Luciana Siqueira de Pinho (FENAPESTALOZZI); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Marco Antônio Soares (CUT); Mariangela Ferreira Andrade (MinC); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Tatiana Augusto Furtado Gomes (SALESIANO); Tatiane Vendramini Parra Roda (MDS). Convidados/Observadores: Alan Mendes Marques; Ana Maria Villa Real (MPT); Edjane Rodrigues (CONTAG); Erika Kokay (Deputada Federal); João Botega (CNMP); Katerina Volcov (FNPETI); Laurenice Alves de Castro (secretária executiva do Conanda); Liana Lidiane Pacheco (DPU); Marcília Rocha (Fórum Distrital DCA); Maria América Diniz Reis (CEDECA-RJ); Maria Izabel da Silva (FLACSO); Mirella Monteiro (CNMP); Pedro Pereira (CEDECA-RJ); Ricardo Washington Moraes de Melo (FNDCA/OAB); Rita Cristina de Oliveira (secretária executiva); Salete Valesan (Flacso); Vanessa (FLACSO). Representantes do CPA: Alannis Pyetra da Silva de Moraes (RS); Alice Genn Borges Ferreira (RJ); Camila Ferreira de Souza (MG); Fernanda Gabriela Batista Veloso (MG); Jeferson do Nascimento de Souza (RJ); Karina Dias Azeredo (SP); Manuella Alcântara (PB); Nikollas Kauã de Jesus Lima (SE); Raul Zainedin da Rocha (PR); Rayssa Dias Lima (MA); Rayssa Rodrigues de Souza (GO); Vitor Nathan Pinheiro Machado (RS); Yasmim Santos Oliveira (SE).

**12/07/2023 – Abertura da 316ª Assembleia do Conanda:** O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos. Após a verificação do *quórum*, foi apresentada e contextualizada a seguinte pauta prevista para os dois dias de reunião - Dia 12/07/2023: 10h às 12h – Solenidade ao aniversário de 33 anos do ECA – Câmara dos Deputados; 12h às 14h – Intervalo Almoço; 14:00h às 14:20h - Abertura da 316ª Assembleia do Conanda; 14:20h às 14h40 – Informes da Secretaria Executiva do Conanda; 14h40 às 15h40 – Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP; 15h40 às 16h40 – Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF; 16:40h às 17h40 – Relatoria da Comissão Permanente de Ações Parlamentares – CDHAP; 17h40 às 18h00 – Encaminhamentos; 18h00 – Encerramento. Dia 13/07/2023: 9h às 12h – Abertura solenidade alusiva ao aniversário de 33 anos do ECA; 12h às 14h – Intervalo Almoço; 14h às 14h20 – Abertura da 316ª Assembleia do Conanda; 14h20 às 14h30 – Informes da Secretaria Executiva do Conanda; 14h30 às 15h30 – Relatoria da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF; 15h30 às 16h30 – Relatoria da Comissão Organizadora da 12ª CNDCA; 16h30 às 17h – Encaminhamentos; 17h – Encerramento. Depois, foi questionado se os suplentes poderiam votar. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva respondeu que deve ser verificado o Regimento. Logo em seguida, foi relatado o estado do Sr. Fred. Ato contínuo, foi passado para a aprovação da ata da 315ª Assembleia Ordinária do Conanda. iniciada a votação, a ata da 315ª Assembleia Ordinária do Conanda foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva enfatizou a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente e argumentou que é necessário fazer mais ações. Relembrou o primeiro projeto de rebaixamento da idade penal. Ato seguinte, discorreu sobre a orfandade informando que não há referência a orfandade no estatuto, sendo necessário verificar o ponto de vista da política, da administração, da justiça e de outras áreas. Ato seguinte, foi iniciada a discussão sobre o aniversário de 33 anos do ECA. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas afirmou que a orfandade é um problema jurídico, social, geracional e é relacionado a diversas populações, como indígenas e negras, sendo necessário pensar em uma política socioassistencial e na parte financeira. Depois foi informada a presença do presidente na 11ª conferência estadual do Estado da Paraíba, foi externada a preocupação com a implementação do ECA, visto que não alcança a escola quilombola. Logo em seguida, foi questionado qual é o posicionamento do MEC quanto as escolas quilombolas, citado o decreto nº 6.040 de 2007 e a lei nº 10.639 de 2003. Diante do exposto, foi destacado que é

necessário pensar no que deve ser feito para a implementação do ECA nas escolas, ter um olhar diferenciado para o Nordeste, refletir quanto a implantação de GT de povos tradicionais e analisar a resolução nº 181 de 2016. Com a palavra, a Conselheira Amanda Anderson de Souza relatou visita a comunidade cigana na Região Sul pela caravana Brasil Cigano do Ministério da Igualdade Racial. Discorreu sobre a falta de acesso a água e saneamento para algumas crianças, retirada de duas crianças dos pais em Canoinhas para uma casa abrigo e que não retornaram para os seus pais, pois não possuem endereço fixo, sendo um caso de preconceito com crianças ciganas e uma pauta importante para o conselho. Depois explicou sobre a publicação da Portaria nº 1945 do Ministério da Previdência Social para incluir o campo “*etnia*”. Ato seguinte, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira enfatizou a importância do ECA, anunciou que a ONCB está realizando o 1º Encontro Nacional de Empregabilidade e Acesso a Renda Para Pessoas Cegas de Baixa Visão e que jovem com perda de visão participou do encontro. Concluiu argumentando que deve ser pensado nas minorias. Com a palavra, o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger arrazoou sobre o orçamento de 2024, relembrou que R\$ 130.000.000,00 do Fundo não foram utilizados e adicionou que devem unir forças para liberar os recursos em 2024 e para o ministério auxiliar as crianças. Asseverou que a política de gastos da gestão passada foi prejudicial. Com relação ao ECA, o Conselheiro Elói Gallon pontuou que existem três lutas iniciais: “*a luta pela conquista dos direitos na legislação, o trabalho permanente do governo e da sociedade civil para que a lei saia do papel e a vigilância permanente*”. Pontuou que é necessário pensar em alternativas de investimento para a formação de conselhos tutelares, ressaltou a importância de lembrar as pessoas que auxiliaram na criação do ECA, principalmente crianças e adolescentes que enviaram propostas. Discordou de discurso do representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua proclamado no período matutino, em que foi afirmado que o movimento surgiu a partir de discussões existentes. O Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo arrazoou sobre o histórico da participação da sociedade civil, a importância da participação de crianças e adolescentes, de legislações, de políticas públicas para crianças e adolescentes, dos conselhos e da necessidade de investimento. Depois discorreu sobre as provas dos conselhos tutelares, parabenizou o estatuto e se colocou à disposição. O Sr. Paulo Thadeu Franco das Neves ressaltou a importância da FENAJ para fortalecer a mídia em relação a criança e ao adolescente, a necessidade de fortalecer e ocupar a mídia de forma espontânea para a escolha dos novos conselheiros tutelares e de exercer o voto democrático. Explicou o trabalho que está sendo feito no Plano Decenal em Roraima envolvendo os povos indígenas. Asseverou que os indígenas não foram convocados para discutir o ECA e as crianças indígenas dificilmente são citadas, sendo necessário analisar o assunto no ECA. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva explicou que segundo o regimento, artigo nº 53, parágrafo 4º, o Instituto EcoVida e o Instituto Alana estão na titularidade. Ato seguinte, a Conselheira Bruna Bragança Boreli Volponi relatou o caso do Sr. Fred. Logo em seguida, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva noticiou que amanhã haverá as comemorações do estatuto e que hoje serão feitos relatos das comissões, com exceção da comissão de orçamento. Ato contínuo, a Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira iniciou o relato da Comissão de Políticas Públicas. Relatou como encaminhamentos: 1. Plano Nacional pela Primeira Infância: a) Fazer o relato da CPP na próxima Assembleia falando sobre a proposta do Plano; b) Encaminhar a todos os conselheiros. Pedir para que cada comissão faça a leitura com foco na sua atuação (Política Pública, Orçamento, Direitos Humanos e ação parlamentar etc.); c) levar para que cada comissão traga as contribuições e faça a discussão na sua respectiva reunião de agosto, as contribuições serão levadas para a Mesa Diretora da 317ª Assembleia Ordinária para avaliar se será possível ainda para a 317ªAO; 2. Infância e adolescência TRANS: Constituir um grupo de trabalho com um representante de cada comissão permanente do CONANDA sobre o tema, convidar acadêmicos e especialistas que já pesquisam sobre o tema, membros de instituições como a OAB, o CFP, para estabelecer um escopo de pesquisa, formas de abordagem, avaliação de comitê de ética e a construção de um plano de ação; 3. Documento da RENAPSI: a) Elaborar ofício resposta à RENAPSI, afirmando que a Revisão da Resolução CONANDA nº 164/2014, que dispõe sobre o registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, consta do Plano de Trabalho da Comissão de Políticas Públicas (CPP) para o 4º trimestre de 2023; b) Em cumprimento ao Plano de Trabalho da CPP, elaborar a proposta de planejamento dos trabalhos de Revisão da Resolução CONANDA nº 164/2014, mediante inserção na pauta da reunião de setembro de 2023; 4. Indicação de facilitadores para os eixos da 12ª CNDCA: Eixo 1; Eixo 2; Eixo 3 - Maria Izabel – FLACSO/Salette Valesan; Eixo 4 – Glicia Thais Salmeron OAB/Ricardo Washington Moraes de Melo Fórum DCA; Eixo 5 – Lucas (Coalizão Brasileira pelo Enfrentamento a Violência); GOV: Eixo 1 – Cristina Albuquerque (chefe de saúde EHEV do UNICEF); Eixo 2 – Maria Beatriz Martins Linhares (coordenadora do laboratório de pesquisa em prevenção de problemas de desenvolvimento e comportamento da criança); Eixo 3 – Flávio Debique (PLAN Internacional); Eixo 4 – Vital de Didonet (RNPI); Eixo 5 – Laércio Aquino Menezes (Coordenador da Cátedra Ruth Cardoso, Pesquisador do Centro de gestão e Políticas Públicas e diretor do Centro de Pesquisa aplicada Primeira Infância do Insper). Na sequência, foi ressaltado que a conferência será discutida no dia seguinte. Sobre o Plano Nacional pela Primeira Infância, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva explicou que foram procurados pelo CNJ, adicionou que eles não sabiam sobre o professor e que foi questionado se haveria possibilidade de alinhar as iniciativas, como o CONANDA convocar o CNAS, o CNMP, o CNJ e as organizações envolvidas, pois eles não sabiam que estava sendo submetido ao Conanda e a demanda deles era que o Conanda fizesse um decreto. Adicionou que o encaminhamento aplicado foi de analisar de forma conjunta com os órgãos de interesse como o CNAS, CONDEGE, Conanda e outros e verificar o cronograma para ser submetido. Asseverou que os outros encaminhamentos não serão prejudicados e que o Conanda pode convocar outros atores. Finalizou informando que o CNJ e CNMP concordaram. Ato seguinte, a Conselheira Fabiane Macedo Borges concordou com o encaminhamento, relatou que os encaminhamentos da CPP foram propostos até a próxima reunião da comissão e salientou a importância da colaboração de todos. O Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo questionou se o CNJ reivindicou uma representação do CNJ ou dos signatários da carta de adesão. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva respondeu que foi o CNJ que se pronunciou e compreendeu que uma publicação com todos os órgãos tem outro impacto. Sugeriu a reunião no mês de agosto de forma híbrida com os órgãos relacionados e a UNICEF. Ato contínuo, a Conselheira Lucinete Correa Tavares declarou que no Amapá foi feito um pacto com o CNJ e alegou que existe uma discussão entre os estados envolvendo a UNICEF e o CNJ com relação aos planos municipais e estaduais. Complementou que o Geledés tem o projeto Primeira Infância no Centro e sugeriu identificar os projetos existentes para agregar na pesquisa. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas afirmou que depois será organizada a reunião. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva sugeriu a convocação da SINDCA, do Conanda e outros órgãos e distribuir os planos entre os conselheiros para análise. Todos concordaram. Sobre a criação de um GT relacionado a Infância e Adolescência TRANS, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva declarou que o GT prorrogaria o tempo e sugeriu a comissão convocar especialistas para propor um texto ao Conanda. Alegou que o GT teria uma difícil execução dos conselheiros pois, tem diversos trabalhos. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas afirmou que houve duas propostas na CPP, de criar um GT ou a própria CPP fazer um trabalho e durante a reunião entenderam que

avançaram muito no assunto, mas existe uma preocupação com relação a redução da hormonoterapia para 14 anos e envolve outros assuntos. Asseverou que a CPP pode avançar no debate social, mas outros detalhes deveriam mais aprofundados, pois envolve outros setores. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani concordou com o encaminhamento e questionou sobre as atualizações da pesquisa sobre o Plano de Aplicação, visto que a pesquisa auxiliaria e indagou se poderia solicitar um representante da secretaria LGBT de referência para acompanhar esse debate, pois é essencial fazer o trabalho em conjunto com a secretaria LGBTQIA+. A Conselheira Amanda Anderson de Souza concordou, porém, sugeriu um parecer técnico do Ministério da Saúde. Explicou que a partir dos 14 anos existe um bloqueio hormonal, sendo um período de conhecimento. Complementou que devem ser verificados dados estatísticos de suicídios de crianças trans que sofrem preconceito e não tem apoio. Depois, foi destacado que as crianças trans de terreiro possuem diversas particularidades, concordado com a busca de especialistas para discutir o assunto, acrescentado que no caso das crianças trans deve ser analisada baseado na resolução nº 181 e ouvir várias opiniões, não sendo uma incumbência da CPP. Ato seguinte, foi solicitado a discussão com cautela das crianças trans de terreiro. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva propôs como encaminhamento que a CPP realize esse trabalho. Todos concordaram que a CPP centralize esse trabalho com informações sobre a pesquisa via fundo, nota técnica do Ministério da Saúde e um representante permanente da secretaria. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva pontuou que não ouviu citação sobre as crianças trans de terreiro, mas que pode ficar como recomendação de trabalho com cuidado. Logo em seguida, o Conselheiro Antônio Lacerda Souto notificou que a CPP pode indicar nomes e solicitou o envio de indicações por comissões até o dia 19, data que ocorrerá a reunião da subcomissão de metodologia. Depois salientou a importância de ter representantes relacionados aos eixos. Com a palavra, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva declarou que amanhã haverá o relato da comissão 12ª conferência e que deve ser enviado os representantes até o dia 19. Na sequência, foi passada para a revisão da resolução do Conanda nº 164/2014. Foi esclarecido que a resolução será revista, porém, será revisado no quarto trimestre de 2023. Foi adicionado que foi elaborado a resposta do ofício, que será enviado e criado um planejamento das estratégias de revisão. Depois, a votação foi iniciada e o relato da CPP foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi iniciado o relato da Comissão de Mobilização e Formação. Foi relatado os participantes, explicado sobre o andamento das ações para os 33 anos do ECA, o Encontro Nacional de adolescentes do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA, participação de adolescentes que foram representantes do CPA, Etapa Nacional da 12ª CNDCA e Indicações de facilitadores para a conferência Nacional. Sobre o Evento dos 33 anos do Estatuto e Encontro Nacional dos Adolescentes, foi relatado que o encontro começou no dia 11, com roda de conversa a tarde até o dia 13 com a atividade dos 33 anos. Logo em seguida, foi relatado que foi proposto uma ação sobre a Consciência Negra durante o mês de novembro na 12ª Conferência Nacional. No tocante a participação de adolescentes que foram representantes do CPA na Etapa Nacional da 12ª CNDCA foi relatado que a proposta foi a construção de espaços democráticos de participação social. Depois foi noticiado que o Estado do Amapá decidiu levar o adolescente Ian como convidado da delegação do Amapá para a conferência nacional, que foi concordado com a participação dos jovens, todavia não é possível a participação, principalmente porque há um processo de eleição de delegados em curso. Sobre as indicações de facilitadores para a conferência nacional foi sugerido um adolescente para a Conferência Nacional, Iolete Silva (UFAM – CFP) para o eixo 1, Cláudio Vieira (SNDCA) e Naná Barata (Coordenadora do Movimento de Meninos e Meninas de Rua de Macapá) para o eixo 2, a professora Irene Rizzini no eixo 3, Fernando Silva ou Glicia Salmeron no eixo 4 e Enid Rocha no eixo 5. Foi ressaltado que houve contribuição dos representantes governamentais e da sociedade civil. Depois foi pontuado que antes havia uma proposta de pauta do Sr. Paulo que foi adiada para a próxima reunião da CMF e que durante o período será realizado um levantamento do Plano de Comunicação. Iniciada a votação, o relato da CMF foi aprovado por unanimidade. Ato seguinte, a Sra. Mayara Souza e a Sra. Taiane se apresentaram. Na sequência, foi iniciado o relato da Comissão Permanente de Ações Parlamentares – CDHAP pela Conselheira Marta Volpi. A Conselheira Marta Volpi relatou a pauta, os participantes e citou como encaminhamentos: 1. Trata-se do PL 2903/2023 que estabelece o marco temporal para demarcação de terras indígenas. A Conselheira Ana Cifali elaborará nota sobre o PL para compartilhamento e posterior apresentação à Assembleia do CONANDA para possível aprovação tempestivamente; 2. O debate sobre o PL 1220/2011 ficou prejudicado, na medida em que requer aprofundamento da tramitação que se dá na Câmara dos Deputados. A CDHAP analisará oportunamente; 3. Quanto ao PL 1249/2019, a CDHAP se posiciona favorável no mérito entendendo que deva ser encaminhado à COF para análise o impacto financeiro para o FNCA, a fim de subsidiar futura manifestação do CONANDA 4. PL 4216, de 2019 decidiu-se por encaminhar nota técnica ao GT a ser criado para aprofundamento, esse deverá encaminhar para aprovação do CONANDA e posteriormente agendarmos uma audiência com o relator do PL Eduardo Girão; 5. Aprovar a composição do GT do SINASE na 316ª ao convidar FONACRIAD e coalizão pela socioeducação como convidado permanente. Compartilhar o Calendário das reuniões do CONANDA com o FONACRIAD; 6. Ampliar o posicionamento do CONANDA para recomendação. A Vice-presidente Marina irá produzir o roteiro da recomendação com indicação de revogação da Lei de alienação parental; 7. Com relação ao termo de referência para contratação de assessoria legislativa, os conselheiros Fred e Marta apresentarão proposta a ser submetida à Assembleia; 8. Quanto ao planejamento da CDHAP, decidiu-se criar um arquivo compartilhado para os membros da Comissão apresentarem contribuições e solicitar à Assembleia o agendamento de uma reunião extraordinária para o dia 17/07 às 16h, com pauta única do Planejamento da CDHAP; 9. A adolescente Karina apresentou os estudos feitos pelo CPA. O Conselheiro Jonata corroborou com as informações trazidas e informou que o Ministério da Justiça já está adotando o uso de câmeras nas forças policiais federais. A Comissão decidiu por encaminhar solicitação à Assembleia para que o CONANDA assuma manifestação favorável ao uso de câmeras em uniformes policiais. Foi sugerido colocar sobre os povos ciganos, verificar a resolução nº 181 e alguma questão parlamentar pertinente. Com a palavra, o Conselheiro Renato César Ribeiro Bomfim alegou que a resolução nº 181 especifica povos e comunidades tradicionais. Arrazou que, de acordo com o decreto nº 6040 de 2007, o Brasil reconhece 42 grupos e que dentro da resolução nº 181 não é tratado os povos indígenas, mas os povos originários. Sobre a alienação parental, foi destacado o comparecimento na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, relatado caso de tortura. Ato seguinte, foi salientada a importância de refletir nos 15 projetos de lei intersetoriais, pontuado que deve ser pensado na prevenção da orfandade e foi sugerido que o Conanda analise além da alienação parental e convoque o CFP. Diante do exposto, foi proposto a recomendação pela revogação e o banimento do pseudoconceito de alienação parental. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva alegou que o item 6 está relacionado a manifestação do CONANDA contrária as iniciativas a recomendação por indicação da revogação da lei de alienação parental e questionou se estão no mesmo projeto. Foi destacado que o banimento do pseudoconceito de alienação parental permite visitar os outros projetos de lei. Foi sugerido criar a recomendação e depois analisar o conteúdo para encaminhar para a assembleia. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva asseverou que o encaminhamento é a favor da revogação da lei de alienação parental e em um momento a seguir, a questão pode ser aprofundada. Iniciada a votação, foi aprovado por unanimidade. Sobre os povos

ciganos, foi explicado que a CPP construiu um trabalho, sugerido inserir a pauta na CDHAP, que a CPP reveja sobre a resolução nº 181 e a CDHAP faça uma ação conjunta com a CDHAP se for o caso. Foi lembrado que no ano passado foi criado um grupo de trabalho sobre os povos originários com recomendações, sendo importante retomar. Foi ressaltado que a CPP está com muitas pautas. Foi sugerido fazer uma nota do CONANDA para o Ministério Público e a Defensoria Pública do local recomendando os CREAS e os CRAS e elencando a Resolução nº 181. A Conselheira Marta Volpi lembrou que foi aprovado que o GT dos Povos Originários seria um GT permanente. Foi recordado que o grupo indicou a necessidade de uma Política nacional dos direitos das crianças e adolescentes de povos e comunidades tradicionais, uma aprovação de moção que nunca foi implementada e a necessidade de capacitar e orientar o sistema de garantia de direitos para atuar com prevenção de violência. Diante do exposto, foi ressaltado que no regimento não informa se é permitido ter um grupo de trabalho permanente e foi solicitado a suspensão do assunto até amanhã. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva concordou. Sobre a nota, a Conselheira Débora de Carvalho Vigevani sugeriu que a Conselheira Amanda Anderson de Souza elaborasse a nota. Foi concordado. Depois foi proposto que o CONANDA elaborasse um ofício relatando o caso para encaminhar ao MDS. A Conselheira Amanda Anderson de Souza sugeriu a nota ao Conselho Tutelar de Canoinhas e recomendações para o MDS. O Conselheiro Marco Antônio Soares ponderou que não se sente seguro em aprovar algo que não visualizou. Diante do exposto, a Conselheira Amanda Anderson de Souza retirou as propostas. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas sugeriu fazer a minuta da nota, divulgar nas comissões e depois encaminhar para aprovação. A Conselheira Amanda Anderson de Souza propôs uma reunião extraordinária virtual para discutir o tema e asseverou que pode entregar a nota amanhã. O Conselheiro Elói Gallon ponderou que casos específicos são remetidos aos órgãos competentes locais e considerou o encaminhamento ao ministério mais interessante. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva sugeriu elaborar o ofício e a nota. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira concordou e considerou a verificação suficiente. A Conselheira Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira explicou que no Tribunal de Justiça de Santa Catarina há um esgotamento democrático e que existem casos na mesma linha."

. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani discorreu sobre casos de violações e sugeriu lembrar as condutas e a garantia da convivência familiar e comunitária na nota. Acrescentou que enviou as notas elaboradas pelo movimento que ela participa para a Conselheira Amanda Anderson de Souza se embasar. A Conselheira Marta Volpi concordou com as propostas. Depois, foi ressaltado que o regimento deve ser o guia. Iniciada a votação das notas a ser elaborada pelo Conanda ao MDS e ao sistema de garantias local pela Conselheira Amanda Anderson de Souza, foi aprovado por unanimidade. Sobre os povos e comunidades tradicionais, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva questionou se seria discutido na CDHAP ou na CPP e foi concordado com a utilização do relatório do grupo de trabalho relacionado. Foi ressaltado que a comissão de direitos humanos é a ideal para analisar o assunto. A Conselheira Marta Volpi explicou que será feito um planejamento, que os projetos serão revisados por demanda para encaminhar aos grupos, que perguntarão sobre o GT socioeducativo e que pode ser feita uma revisão conjunta com a CPP, pois a CPP revisará os planos setoriais. Foi lembrado que foi tratado como eixo prioritário os direitos das crianças e dos povos tradicionais e concordado com o trabalho em conjunto. O Sr. Assis da Costa Oliveira lembrou diagnóstico nacional, resgatou que os dois últimos grupos eram da CPP e que o grupo anterior tinha uma composição ampla, sendo um o manual nº 91181/2014 e na ata do último GT tinham várias informações de operacionalização, sendo importante resgatar a ata e analisar as ações em andamento da secretaria. Foi definido que a CDHAP se responsabilizará pela temática de povos originários tradicionais com as observações. Todos concordaram. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva pontuou que o ministério estará neste local e que o ministro Silvio Almeida não poderá comparecer presencialmente. Foi informado sobre o estado de saúde do Conselheiro Fred. A reunião foi encerrada.

**13/07/2023 – Abertura da 316ª Assembleia do Conanda:** O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos, em seguida leu a pauta do dia, composta por: Dia 13/07/2023: 9h às 12h – Abertura solenidade alusivas ao aniversário de 33 anos do ECA; 12h às 14h – Intervalo Almoço; 14h às 14h20 – Abertura da 316ª Assembleia do Conanda; 14h20 às 15h20 – Relatoria da Comissão Permanente de Orçamentos e Finanças – COF; 15h20 às 16h20 – Relatoria da Comissão Organizadora da 12ª CNDCA; 16h20 às 17h – Encaminhamentos; 17h – Encerramento. Ato seguinte, foi iniciada a Abertura solenidade alusivas ao aniversário de 33 anos do ECA. Foram convidados para a mesa a Sra. Rita Cristina de Oliveira, Sra. Laurence Alves de Castro, o Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo, a Sra. Erika Kokay, o Adolescente Raul Zainedin da Rocha, a Adolescente Yasmim Santos Oliveira, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva e a Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas. A Sra. Rita Cristina de Oliveira salientou a importância do ECA, relatou caso de criança morta vítima de tiros, discorreu sobre estudo relacionado a abordagem policial, salientou a necessidade da garantia de direitos básicos, a importância da vigilância, da responsabilidade do estado de garantir condições para crianças e adolescentes, alegou que o ECA é um das legislações mais avançadas nesse sentido, que a proteção a crianças e adolescentes é um tema prioritário do governo, que estão mobilizando para a eleição democrática dos conselhos tutelares, que existem desafios, como a água, o saneamento, a energia e a informação. Asseverou que retrocederam na vacinação e estão tentando reverter isso, que na pandemia aumentou a evasão escolar e a orfandade. Depois foi anunciada a presença da Sra. Ana Maria Villa Real. Ato seguinte, o Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo explanou sobre o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, parabenizou os adolescentes pelo lema do encontro nacional, citou o artigo nº 227 sobre a prioridade absoluta na atuação dos conselhos, lembrou a importância de votar no PPA, de acompanhar o orçamento sendo executado nos municípios e nos conselhos. Adicionou que se deve buscar a efetividade do ECA, que devem observar os candidatos para os conselhos tutelares, promover a divulgação e ressaltou a importância das conferências estaduais e a nacional. Ato contínuo, foi registrada a presença da Sra. Liana Lidiane Pacheco, da Sra. Katerina Volcov e da Sra. Vanessa. Na sequência, a Deputada Erika Kokay declarou que a Sra. Maria do Rosário gostaria de participar do evento, mas não pode comparecer. Ponderou que o Estatuto da Criança e do Adolescente é fruto de grandes publicações e inquietações, resgata o conjunto das políticas públicas, aborda inúmeros direitos, que é um marco fundamental. Argumentou que é preciso que o ECA se transforme em uma realidade cotidiana e saudou o governo de Luiz Inácio Lula da Silva porque avançou na construção da educação integral em tempo integral, sendo algo fundamental. Acrescentou que é necessário fornecer conectividade nas escolas e que não é necessário fardas nas escolas, que as políticas públicas devem ter qualidade e que é necessário proteger as crianças. Finalizou saudando o ECA. Ato seguinte, foi registrada a presença da Sra. Salete Valesan. Logo em seguida, a Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas saudou a todos, se autodescreveu, argumentou que o ECA é um marco civilizatório que apresenta o paradigma da proteção integral de crianças e adolescentes. Salientou que é uma conquista histórica, que implica em um grande investimento do estado, do poder público e da sociedade civil e muita vigilância. Adicionou que o código de menores infelizmente ainda está presente na sociedade. Citou como desafio a implementação de um sistema de proteção de garantia

de direitos de crianças e adolescentes, alegou que existem projetos de leis que fragmentam e suprimem direitos de crianças e adolescentes. Ponderou que a criação de uma sociedade inclusiva, democrática, justa depende de colocar crianças e adolescentes como prioridade nos processos de formulação de políticas públicas. Discorreu sobre os desafios da pandemia, violência nas escolas, a necessidade de investir em políticas públicas para a comunidade escolar. Enfatizou a importância do Conanda e agradeceu a todos. Depois, foi registrada a presença da Sra. Marcília Rocha, do Sr. João Botega e da Sra. Mirella Monteiro. Em seguida, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva discorreu sobre o histórico do ECA, destacou o auxílio de pessoas, instituições, sistema de justiça para avançar o ECA, que tem instituições fortalecidas em defesa do ECA e que acreditam nos princípios da constituição e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Acrescentou que o ECA é resultado de uma luta política pela redemocratização e finalizou citando um poema. Na sequência, foi feita a entrega de 120 veículos, lançamento do SIPIA, PPCAAM 2.0, lançamento do relatório de pesquisa sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente, da cartilha “*Construindo um diálogo sobre o ECA*” da CONTAG e resultado do Encontro Nacional do Comitê de Participação de Adolescentes – CPA (11 a 14 de julho). Ato seguinte, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva entregou os 120 veículos destinados ao Pará e ao Paraná, reforçou que é uma ação do Ministério, asseverou que em 26 de agosto será feita a entrega e que a locomoção pela garantia de direitos é fundamental. Logo em seguida, o Sr. Alan Mendes Marques apresentou o SIPIA módulo do PPCAAM. Depois foi anunciada a presença da Sra. Maria Izabel da Silva. Na sequência, foi explicada a definição do SIPIA Módulo PPCAAM, Cenário, metodologia, justificativa, projeto, resultado do levantamento de dados, tela de acesso, matriz de risco, gestão de documentos, fluxo, painel de indicadores e agradeceu. Depois, a Sra. Edjane Rodrigues lançou a cartilha “*Construindo um diálogo sobre o ECA*” da CONTAG. Saudou a todos, ressaltou a importância do Conanda para a CONTAG, citou como propósitos da cartilha o resgate e o reconhecimento do ECA como instrumento que materializa o artigo nº 227 da Constituição Federal e valorização e reconhecimento do Comitê de Participação de Adolescentes como espaço que assegura a participação de adolescentes no controle social das políticas públicas. Informou o objetivo da cartilha, declarou que a cartilha nasceu de um diálogo e convocou os adolescentes Camila Ferreira de Souza, Manuella Alcântara e Jeferson do Nascimento de Souza. A Adolescente Manuella Alcântara se autodescreveu e se apresentou. O Adolescente Jeferson do Nascimento de Souza saudou a todos. A Adolescente Camila Ferreira de Souza saudou a todos. Em seguida, os adolescentes leram a cartilha. A Sra. Edjane Rodrigues explicou que a cartilha está no site, adicionou que defendem a sucessão rural e que isso será possível se somente ouvir os adolescentes. Depois foi apresentado um vídeo para divulgação. Em seguida, foi apresentado o resultado do Encontro Nacional do CPA pelos adolescentes Raul Zainedin da Rocha e Yasmim Santos Oliveira. A Adolescente Yasmim Santos Oliveira se apresentou, citou o artigo nº 227 da Constituição Federal e artigo nº 16, discorreu sobre o objetivo do ECA, sobre a liberdade de expressão, o objetivo do CPA, os 33 anos do ECA e a importância da participação dos adolescentes. O Adolescente Jeferson do Nascimento de Souza arrazoou sobre a composição do CPA nacional, metodologia do comitê, explicou que a coordenação é composta por adolescentes, discorreu sobre a participação nas assembleias no Conanda, a não valorização dos adolescentes do CPA na gestão passada, a importância da participação de crianças e adolescentes na elaboração de políticas públicas, a educação para a cidadania, barreiras linguísticas na política e de forma jurídica e agradeceu a presença. Em seguida, passou a palavra para a Adolescente Rayssa Dias Lima. A Adolescente Rayssa Dias Lima ressaltou a importância da participação dos adolescentes e depois cantou a música “*A vez da voz*”. Depois, foram convocados os adolescentes Alice Genn Borges Ferreira e Nikollas Kauã de Jesus Lima para apresentar o trabalho sobre os 33 anos do ECA. O Adolescente Nikollas Kauã de Jesus Lima relembrou a importância do Estatuto, pontuou que fizeram uma série de ações no projeto do CPA, que analisaram alguns projetos de lei com a indicação da Conselheira Marta Volpi. A Adolescente Alice Genn Borges Ferreira arrazoou sobre as ações realizadas para fortalecer o conhecimento do CPA, conteúdos sobre o ECA, contagem regressiva para o aniversário do ECA e divisão em grupos relacionados a reconstrução da história do ECA, direitos e planejamento do encontro nacional. Ato seguinte, a Adolescente Fernanda Gabriela Batista Veloso, a Adolescente Karina Dias Azeredo e a Adolescente Rayssa Rodrigues de Souza foram convocadas para explicar os trabalhos dos grupos. A Adolescente Fernanda Gabriela Batista Veloso saudou a todos, explicou que o grupo 1 visou a reconstrução da história, que entrevistaram as pessoas que participaram na construção do ECA, elaboraram folders e vídeos explicando o ECA e receberam um vídeo de crianças em escola de São Paulo. A Adolescente Karina Dias Azeredo discorreu sobre os trabalhos do grupo 2, sobre os 33 anos do ECA, adicionou que as entregas deles foram separadas em 10 subtópicos diferentes como o seminário do dia 12 de junho sobre o Combate ao Trabalho Infantil e a criação do primeiro *podcast* do CPA, o PODCPA, que visa a expansão do conhecimento. A Adolescente Rayssa Rodrigues de Souza arrazoou sobre as atividades realizadas para a organização do encontro como formulários interativos, formulário questionando as músicas relacionadas ao CPA, contagem regressiva do ECA, a música da Adolescente Rayssa Rodrigues de Souza, atividades relacionadas ao CPA, quiz sobre o conhecimento do ECA e linha do tempo da gestão do CPA. A Adolescente Fernanda Gabriela Batista Veloso relatou que o grupo 1 criou um vídeo e explicou a logo. Depois foi explicada a logo e o significado das cores utilizadas. Na sequência, foi iniciada a apresentação das propostas pela Adolescente Alannis Pyetra da Silva de Moraes e o Adolescente Vitor Nathan Pinheiro Machado. O Adolescente Vitor Nathan Pinheiro Machado e a Adolescente Alannis Pyetra da Silva de Moraes se apresentaram. O Adolescente Vitor Nathan Pinheiro Machado discorreu sobre as propostas na educação como trazer aplicativos e plataformas utilizados nas aulas on-line para o apoio dos alunos; ter apoio da escola, com psicólogos e psiquiatras, apoio a adolescentes e crianças com algum tipo de deficiência para apoio e permanência na escola; capacitar os profissionais da educação, psicopedagogos; criar projetos ou atividades que ajudem no incentivo para que não haja mais crianças e adolescentes fora das escolas e mostrar os direitos e deveres; garantir a educação na socioeducação com ações que diminuam a defasagem; garantir atividades de cultura, esporte e de aprendizagem na socioeducação; capacitar os professores para que forneçam uma boa educação, especialmente para aquelas regiões periféricas e a supervisão dessas áreas por entidades governamentais, criando um impacto positivo para uma educação de sucesso, desenvolver um plano de reforço para reduzir as desigualdades nos conhecimentos escolares devido à pandemia, reforços com atividades culturais, desenvolvimento de projetos de busca ativa para alunos que não estão na escola; fortalecer a conclusão do ensino médio; fortalecer alegações de negligência e/ou irregularidades no setor educacional para as defensorias; capacitar o corpo docente para melhorar os modelos híbridos, os currículos e as pedagogias; incluir profissionais da área psicossocial ou afins nas escolas e colégios para capacitar os professores de crianças e adolescentes; expandir o apoio aos pais para fornecer ferramentas e estratégias de apoio socioemocional aos estudantes, fortalecendo os laços entre escola, família e adolescentes, expandir a conectividade com a Internet e melhorar a qualidade do serviço nos lares e em todos os estados brasileiros. Ato seguinte, a Adolescente Alannis Pyetra da Silva de Moraes começou a apresentação das propostas do Novo Ensino Médio, como: buscar a interação de outros adolescentes e suas diferenças culturais e também dentro e fora dos ambientes escolares; garantir educação de qualidade para os nossos estudantes e a revogação imediata; investimento para

que as escolas de rede pública possam ter o mesmo nível de ensino de uma escola particular; medidas eficazes para garantir a segurança nas escolas; formação integral: preparação para cidadania, para o ingresso no mundo do trabalho e para continuar a estudar. Em seguida, o Adolescente Vitor Nathan Pinheiro Machado citou as propostas relacionadas ao trabalho infantil, como: parcerias do Conanda com organizações de combate ao trabalho infantil; fortalecer as políticas públicas de aprendizagem profissional, retirando o jovem do âmbito do trabalho infantil criminalizado e trazendo-o para uma experiência de mercado segura; disseminação de informações sobre o trabalho infantil em escolas e organizações que tenham contato com crianças e adolescentes; campanha de combate ao trabalho infantil nas escolas com a participação da família, para ser trabalhada não somente no 12 de julho, mas no ano todo, incorporada ao currículo; bolsa estudante para alunos da rede de ensino público. Valor sugerido: meio salário-mínimo; o adolescente deve estar na escola, pode trabalhar, mas na aprendizagem. Ato contínuo, a Adolescente Alannis Pyetra da Silva de Moraes apresentou as propostas relacionadas educação sexual, que são: as divulgações sobre a educação sexual, profissionais que tratem do tema começando na escola, que os homens e as mulheres devem ser chamados a entender a Educação Sexual Integral; ensino de educação nas escolas, como deve agir ao presenciar ou sofrer um abuso, quais cuidados são necessários, ter formas de educação adequada a cada faixa etária. Depois, o Adolescente Vitor Nathan Pinheiro Machado relatou as propostas relacionadas a pobreza menstrual, como: distribuição de absorventes nas UBS, escolas, no sistema socioeducativos e em outros espaços de acolhimento institucional e outros. Programa Dignidade menstrual e que seja efetivado em todos os estados; Educação menstrual para todos/as, acompanhada da Educação Menstrual, a participação dos conselhos (municipal, estadual e nacional) e outras instâncias do sistema de garantia de direitos nesse processo, além do apoio dos governos (municipais, estaduais e federal); coleta de dados (pesquisa) em estados, municípios e no país para transparência dos números relacionados ao problema; políticas públicas para melhores condições de saneamento básico e higiene principalmente em áreas de mais vulnerabilidade nas cidades e estados; políticas públicas de saneamento básico, saúde e higiene em relação a pobreza menstrual com foco principalmente aos grupos mais afetados: meninas, pretas, indígenas, periféricas, estudante da rede pública de ensino, adolescentes em situação de socioeducativo e em outros sistemas de acolhimento institucional, e residentes da região Norte e Nordeste do país; ampliação do debate para inclusão de meninos trans, não-binários e outras pessoas que menstruam; recomendação aos poderes políticos (federal, estadual e municipal), conselhos e outros espaços de garantia de direitos para ampliação da rede de combate à pobreza menstrual; fiscalização e acompanhamento a lei nº 14214/2021, sobre o tema de pobreza menstrual para aconselhar a importância de políticas públicas sobre o tema nessas cidades e estados; Plano para lidar com evasão e abandono escolar devido à pobreza menstrual. Ato seguinte, a Adolescente Alannis Pyetra da Silva de Moraes apresentou as propostas relacionadas a violência nas escolas, tais como: criar leis que responsabilizem as empresas e governos pela prevenção de vazamento de dados e vazamento destes na Internet, assim como, canais de denúncia, delegações especializadas em crimes cibernéticos; criar e promover grupos seguros para adolescentes onde possam se expressar com segurança em temas de se proteger e se cuidar, criar conexões e partilhar vivências; promover em espaços educacionais, governos e mídia a não culpabilização das vítimas de violência na internet e criar redes de mobilização e apoio para sua proteção; incluir nos currículos, tópicos que conscientizem crianças e adolescentes enquanto cidadãos, sobre seus direitos e deveres nos espaços virtuais, a fim de fortalecer as habilidades relacionadas à identificação e ao tratamento da violência on-line; fornecer orientação aos representantes de adolescentes e adolescentes sobre os limites de tempo na internet, o ócio criativo e o acompanhamento na conexão, de acordo com a idade das crianças e adolescentes; garantir conteúdo seguro e de qualidade sobre sexualidade na Internet, autocuidado em termos de comparações on-line, vida perfeita, corpo perfeito; Orientação sobre a prática do silêncio (desintoxicação digital); realização de projetos sociais e políticas com o intuito de diminuir a desigualdade social; subsídio a estudos, pesquisas e projetos de segurança pública para pesquisas sobre o controle da violência e promover o desenvolvimento de modelos de organização, de gestão e processos mais eficientes e eficazes para todos; disseminação de informações sobre violências, principalmente nas escolas, onde as crianças e adolescentes estão a maior parte do seu tempo, para que eles possam ter a noção de como devem agir quando presenciarem ou sofrerem algum ato de violência; divulgação dos portais de denúncias como o disque 100, entre outros recursos, para que as crianças e adolescentes possam utilizar; educação acolhedor, integral e extracurricular (calendário anual da paz) capacitação do corpo docente. Depois, o Adolescente Vitor Nathan Pinheiro Machado relatou as propostas relacionadas a saúde mental, tais como: reunião entre adolescentes que durante o contexto pandêmico adquiriram algum tipo de transtorno mental com a mediação de profissionais na área de saúde mental; interação de adolescentes, mediados por um profissional; incentivos e pequenos diálogos tanto fisicamente quanto pela internet; conscientização contra o preconceito com pessoas que fazem tratamentos psicológicos/psiquiátricos. Desconstruir estereótipos de que as pessoas que fazem tratamentos psicológicos/psiquiátricos são “doidas”, “malucas”, “psicopatas” ou nocivas à sociedade; funcionários públicos devem ter acesso a psicólogos; conscientizar a sociedade sobre racismo, homofobia, transfobia, xenofobia, misoginia, pedofilia, cyberbullying, bullying, agressão “todos os tipos”, violência psicológica e inclusão; alertar para as consequências da orfandade e possíveis impactos na saúde mental. Na sequência, a Adolescente Alannis Pyetra da Silva de Moraes informou como propostas de saúde mental nos espaços de saúde: divulgar conhecimento; Ministério da Saúde: Investir em campanhas de conscientização da população sobre a importância do SUS; Criar parcerias com empresas privadas para expandir a infraestrutura do SUS, possibilitando a abertura de novos postos de atendimento e hospitais em regiões carentes; Desenvolver plataformas digitais para facilitar a marcação de consultas e exames, bem como a disponibilização de resultados online; Investir em capacitação e treinamento dos profissionais de saúde do SUS; oferecer cursos e treinamentos para capacitar os profissionais de saúde do SUS em saúde mental; Investir na formação de profissionais de saúde mental especializados em atendimento infantil e juvenil; Oferecer programas de prevenção e promoção da saúde mental em escolas e comunidades, para identificar precocemente possíveis problemas e encaminhar os jovens para atendimento especializado; Desenvolver plataformas digitais para facilitar o acesso a serviços de saúde mental, como teleatendimento e aplicativos de acompanhamento de tratamentos; Divulgar o direito ao acesso à psicólogos no serviço público de saúde. Logo em seguida, o Adolescente Vitor Nathan Pinheiro Machado discorreu sobre saúde mental e família e depois a Adolescente Alannis Pyetra da Silva de Moraes anunciou as propostas sobre saúde mental nas escolas, como a necessidade de profissionais psicoemocionais capacitados para atender o corpo discente de maneira mais particular, enfrentando as situações de cada estudante e efetivar a lei nº 557/13. Sobre a Saúde Física, o Adolescente Vitor Nathan Pinheiro Machado citou como propostas: incentivos para alimentação saudável com acompanhamento profissional por nutricionista e outros profissionais da área da saúde; Incentivos contra falas de estímulo a emagrecimento por pressão estética e padronização dos corpos; criar um cronograma para alimentação e praticar exercícios; Criação de lugares específicos para escuta efetiva. Depois, as propostas foram entregues para o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva. Foi ressaltado que as propostas serão revisadas, destacada a importância do CPA e

informado que será produzido um *e-book* sobre os assuntos apresentados. Ato seguinte, foi passado para o lançamento do Relatório Ampla de Pesquisa sobre a situação dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Sr. Pedro Pereira se apresentou. O Sr. Pedro Pereira arrazoou sobre o histórico do ECA, relatório alternativo com pesquisa, relatório participativo e um relatório que irá para o comitê da criança. Propôs ao CPA a inclusão das propostas no Comitê da ONU. Depois iniciou a apresentação do relatório de pesquisa sobre a situação dos direitos da criança e do adolescente, informou os pesquisadores, as organizações participantes do relatório participativo da sociedade civil sobre os direitos da criança e do adolescente e relatório alternativo que será divulgado posteriormente. Foi salientado que é necessário ter um maior acolhimento dos adolescentes, foi informado os temas, a trajetória da sociedade civil, a necessidade de aprimorar as estratégias de acolhimento. Em seguida, a Sra. Maria América Diniz Reis cumprimentou a todos e discorreu sobre as considerações gerais, como: o cumprimento dos compromissos nacionais e internacionais, garantia do monitoramento das recomendações, inclusão nas políticas públicas de direitos humanos das diversidades das infâncias e adolescências, orçamento adequado, estabelecimento de um sistema de informação e prevenção e enfrentamento às violências. Ato seguinte, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva anunciou que a proposta será encaminhada ao Conanda e o outro relatório será encaminhado ao ministro e salientou a importância do evento. Depois, encerrou a solenidade alusiva ao aniversário de 33 anos do ECA. Tarde: O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva cientificou que o Conselheiro Paulo Thadeu Franco das Neves está assumindo a titularidade, complementou informando os pontos de pauta e sobre a entrega do documento da CPA. Explicou que foi proposto colocar no texto síntese da conferência as propostas dos adolescentes. Foi questionado se o documento será anexado ao texto da conferência. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva explicou que haverá uma sistematização dos textos dos estados com as propostas das conferências estaduais e junto com a sistematização serão incluídas as propostas do CPA. Foi proposto que o documento do CPA seja incluído nas novas propostas e que seja disponibilizado para as conferências estaduais. Foi questionado se podem ser inseridas as propostas do documento sendo que não passaram pelas conferências municipais e estaduais e afirmado que não pode colocar novas propostas de acordo com o documento orientador. Foi esclarecido que o regimento interno da conferência não foi criado e que a Plenária é soberana para deliberar que no Regimento Interno deve ser passado por consulta pública, ser aprovado antes da conferência e sistematizado junto com as propostas de outros estados. Foi sugerido também enviar imediatamente na próxima semana para todos os estados. Foi complementado que é possível, pois o regimento interno da conferência é elaborado pela comissão de metodologia para ser aprovado nesse plenário. A Conselheira Amanda Anderson de Souza concordou com a adição, visto que depois passará por uma votação pública e após uma compilação será retornado ao Conanda. Foi sugerido encaminhar a pauta de reivindicação a todos os ministérios relacionados para se posicionarem sobre as pautas e na conferência apresentar as pautas em um documento novo. Foi pontuado que o regimento interno da conferência nacional não foi definido, podendo encaminhar as propostas do CPA para o debate na conferência. O Conselheiro Marco Antônio Soares sugeriu o encaminhamento à conferência e aos estados. O Conselheiro Elói Gallon concordou com o envio para a conferência e para os ministérios, pois podem ter propostas que não serão aprovadas na conferência. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva sugeriu que elas sejam distribuídas para todos os estados, visto que possuem o calendário e sabem quais estados não realizaram as conferências estaduais, além de distribuir também para as secretarias executivas dos ministérios para que a Secretaria executiva distribua internamente e que seja incluído esse material na elaboração do regimento interno para a etapa nacional. Iniciada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi entregue o prêmio do CPA. Ato seguinte, foi iniciado o relato da Comissão de Orçamento e Finanças. Foi explicado que alguns membros participaram, mas a pauta foi discutida, que estão sem relatora e foi solicitado para a Conselheira Amanda Anderson de Souza relatar. A Conselheira Amanda Anderson de Souza informou como encaminhamentos: Assis encaminhar minutas dos editais para aprovação da COF no Plenário na próxima Assembleia do Conselho; continuar com o processo de avaliação dos Prodóc, através do apoio de Maria Gutenara; encaminhar o relatório da CGU a todos os membros do Conanda e acatar todas as recomendações: 1. À Secretaria-Executiva do CONANDA, proceder a um acompanhamento mais eficiente quanto às falhas de cadastramento de Fundos Distrital, Estaduais e Municipais, que não se limite apenas à emissão de um Ofício sem monitoramento das ações implementadas, até o início da operação do Sistema de Cadastramento de Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e concluir o desenvolvimento do Sistema de Cadastramento de Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente; 2. Ao CONANDA, elaborar normas, orientações e fiscalizar os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente de forma a melhorar os seus indicadores de transparência, a começar pela necessidade de constituir uma página específica na internet para hospedar os dados necessários e recomendáveis para o potencial doador realizar a destinação. Foi explicado que a CGU encaminhou um documento para a Secretaria Nacional e a do Conanda fazendo vários comentários sobre a atuação dos conselhos. Foi acrescentado que escolheram oito estados para fazer uma pesquisa e que consideraram na escolha os que tinham maior volume maior de recursos recebidos via fundo. Foi proposto a leitura do relatório por todos os conselheiros, pois existem muitos problemas nos fundos que devem ser considerados, sendo importante observar as recomendações. Foi destacado que um projeto de lei sobre o Fundo está sendo analisado e pode ser aprovado, sendo necessário analisar a situação dos estados e ter planejamento no gasto de recursos. Depois, a Conselheira Amanda Anderson de Souza informou como encaminhamentos: 3. À Secretaria-Executiva do CONANDA, melhorar a transparência ativa do FNCA, de forma a agregar informações para o contribuinte proceder à doação e acompanhar os projetos em execução; 4. Ao CONANDA, planejar a execução do orçamento, de forma a não existir acúmulo ainda maior de recursos no FNCA, assim como ocorreu em 2019. Aprovar o Plano de Aplicação tempestivamente, de forma a possibilitar a sua execução ao longo do exercício; 5. Ao MMFDH, proceder à designação dos representantes do governo na forma do §2º do artigo 78 do Decreto nº 9.579/2018, com redação dada pelo Decreto nº 10.003/2019, com composição estabelecida no caput do citado dispositivo, procedendo à publicação na página eletrônica do Conanda. Composição do Conanda; 6. Ao CONANDA, dar continuidade à eleição dos representantes da sociedade civil para o biênio 2021/2022, dando transparência ao processo; 7. Ao MMFDH, estabelecer um processo de fiscalização dos recursos executados do FNCA, com planejamento e realização de testes para certificar se os dados apresentados pelos parceiros são fidedignos; 8. Ao CONANDA, determinar que Comissão de Monitoramento e Avaliação cumpra com as suas responsabilidades de acompanhamento estabelecidas no MROSC; 9. Ao CONANDA, avaliar a possibilidade de realizar parcerias com os Conselhos Distrital, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente para suporte às vistorias in loco; 10. Ao MMFDH, elaborar um plano contendo estratégia para finalização do estoque de processos de prestação de contas pendente de análise, assim como dos processos recentes, de forma a evitar novo acúmulo, com cronograma e metas definidos; 11. Ao MMFDH, elaborar uma orientação interna prevendo a obrigatoriedade de justificativa nos casos de repasses em parcela única, priorizando a liberação dos recursos em três ou mais parcelas, inclusive, atrelando-a às prestações de contas parciais; 12. Ao MMFDH, elaborar uma orientação interna quanto à necessidade de

solicitação do relatório de execução financeira, sempre que verificado o descumprimento ou cumprimento parcial do objeto; 13. Ao CONANDA, elaborar indicadores para acompanhamento das recomendações exaradas, instituindo um monitoramento sistemático de modo a verificar a implementação de suas orientações. Ato seguinte, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva pontuou quanto ao item 2 que não é função do Conanda fiscalizar fundo. Foi concordado. Foi questionado se o relatório é preliminar ou definitivo e se essas recomendações estão no relatório. Foi respondido que está no relatório. Iniciada a votação, o relatório da COF foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi iniciada a discussão sobre os editais. Foi explicado que os editais foram aprovados na assembleia passada e foi aprovado com a recomendação que o edital fosse separado quanto ao Plano Decenal e quanto ao fortalecimento da democracia. Depois, foi encaminhado para a COF e a COF encaminhou para a SNDCA com os editais separados por área. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva questionou se havia alguma novidade no edital. Foi negado. Diante do exposto, o Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva explicou que deve ser enviado para a CONJUR. Depois, foi ressaltado que a COF optou por não enviar o cronograma agora, porque a CONJUR possui o seu próprio tempo, esperando que a CONJUR devolva e após isso, o cronograma pode ser incorporado para apreciação. Foi concordado. Sobre os PRODOC's, foi informado que foi solicitado à secretaria uma avaliação da situação dos PRODOC's e a Sra. Maria, funcionária da secretaria, está fazendo essa análise. Foi relatado que houve duas ou três reuniões e as propostas foram encaminhadas, mas quanto a alocação de recursos, não foi possível elaborar relatório pois a secretaria está totalmente envolvida com a realização da conferência. Em seguida, foi feito um informe sobre o Comitê de Enfrentamento a Violência Sexual. A Conselheira Tatiana Augusto Furtado Gomes pontuou que o Conanda apresentará no dia 4 de outubro e que a secretaria fez uma apresentação citando o Conanda. Acrescentou que a Resolução nº 235 está sendo bastante debatida, inclusive o Conselho Nacional do Ministério Público trouxe essa pauta para debate, sendo importante analisar essa resolução. Sugeriu pensar como deve ser feita a organização para a apresentação em outubro e como será discutida a resolução nº 235. Foi sugerido a CMF fazer o debate. Foi concordado. Depois, foi iniciado o relato da 12ª Conferência. Foi ressaltado que estão sem relator. O Conselheiro Antônio Lacerda Souto informou os participantes, pauta e pontuou como encaminhamentos: 1. FLACSO fechar proposta da Metodologia para apresentar; 2. Reunião da Subcomissão de metodologia dia 19/07; 3. Agendar reunião extraordinária com a Mesa Diretora para fechamento da lista de palestrantes; 4. As mesas deverão ser compostas observando o princípio da equidade, igualdade, paridade, étnico racial verificar a regionalidade a fim de conseguir abarcar a diversidade no sentido mais amplo de paridade de gênero que também inclui a discussão das pessoas LGBT; 5. Garantir no mínimo de três palestrantes por eixo e a participação de adolescentes em todas as mesas; 6. Contemplar a participação de legislação com a representação de deputados que atuam com os direitos de crianças, adolescentes e CNJ. Solicitou a Sra. Laurenice Alves de Castro o envio até amanhã a metodologia e o regimento interno da última conferência. Relatou como indicações das comissões: 1. Comissão de Políticas Públicas - Sociedade Civil - Eixo 1 – Maria Izabel FLACSO/Saete Valesan/CPA; Eixo 2 – Glicia Thais Salmeron OAB/Ricardo Washington Moraes de Melo Fórum DCA/CPA; Eixo 3 – Lucas (Coalizão Brasileira pelo Enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescentes)/CPA; Eixo 4 e Eixo 5 – sem indicação; Governo – Eixo 1: Cristina Albuquerque (chefe de saúde EHEV do UNICEF); Eixo 2 – Maria Beatriz Martins Linhares (coordenadora do laboratório de pesquisa em prevenção de problemas de desenvolvimento e comportamento da criança); Eixo 3 – Flávio Debique (PLAN Internacional); Eixo 4 – Vital Didonet (RNPI); Eixo 5 - Naércio Aquino Menezes (Coordenador da Cátedra Ruth Cardoso, Pesquisador do Centro de gestão e Políticas Públicas e diretor do Centro de Pesquisa aplicada Primeira Infância do INSPER); 2. Comissão de Mobilização e Formação - Sociedade civil – Eixo 2 – Nana Barata Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua de Macapá/AP; Governo – Eixo 1 – Iolete Silva (Conselho Federal de Psicologia Ex- Presidente do Conanda); Eixo 2 – Claudio Vieira (SNDCA, Presidente do Conanda); Eixo 3 – Professora Irene Rizzini; Eixo 4 – Glicia Thais Salmeron de Miranda/Fernando Silva; Eixo 5 – Enid Rocha (metodologia de orçamento para Infância IPEA/UNICEF); Comissão de Orçamento e Finanças - Sociedade Civil – Eixos 1 e 2 – sem indicação; Eixo 3 – Marco Antônio Soares CUT/Conanda/Antônio Marcos Presidente do CECA/BA; Eixo 4 – Ir. Vicente Falchetto/Fórum DCA; Eixo 5 – Danyel Iório/Ministério do Planejamento/Edmundo Ribeiro CECUP/Conanda. A CDHAP até o momento não indicou, o que deve ser feito até o dia 19. As mesas deverão ser compostas observando o princípio da equidade, igualdade, paridade, étnico racial verificar a regionalidade a fim de conseguir abarcar a diversidade no sentido mais amplo de paridade de gênero que também inclui a discussão das pessoas LGBT. Garantir no mínimo três palestrantes por eixo com a participação de adolescentes e contemplar a participação do legislativo e CNJ. Foi ressaltado os indicadores da COF. Iniciada a votação, o relato da comissão da 12ª conferência foi aprovado por unanimidade. Sobre o material dos adolescentes, foi ressaltado que apenas seis estados fizeram suas conferências, sendo possível enviar para a maioria. Foi sugerido colocar o documento do CPA na íntegra no regimento interno da etapa nacional para ser debatido na etapa nacional e inserir nos anais da 12ª conferência após as discussões. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva informou como segunda proposta que o documento entregue pelo CPA seja referendado na conferência. Foi questionado se seria referendado somente na Plenária. Foi concordado. Foi ressaltado que os casos omissos podem ser referendados pela conferência organizadora nacional e foi citado o exemplo da conferência da Saúde. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva argumentou que o documento entraria como um subsídio aos estados. Diante do exposto, foi retirada a proposta de referendar e concordado com o debate. Foi sugerido enviar para debater. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva propôs que as propostas sejam utilizadas para os anais, subsidiar as discussões das conferências estaduais que não aconteceram e os grupos de trabalho e registrar um item no regimento interno sobre as propostas. Iniciada a votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, a Conselheira Amanda Anderson de Souza leu nota técnica. Citou a resolução nº 4384/2019 de pessoas ciganas e retirou trecho sobre laudo médico circunstanciado. Foi sugerido retirar o termo menores, trocar o termo "abrigo" por "acolhimento" e "pátrio poder" por "poder familiar". O Sr. Ricardo Washington Moraes de Melo sugeriu no "considerando" sobre a resolução nº 181 colocar "considerando a Resolução" e no lugar de "deverá considerar", substituir por "deverá observar" e ao mencionar o Ministério Público colocar "Ministério Público do Estado de Santa Catarina/Promotoria de Justiça de Canoinhas" e Tribunal de Justiça do próprio estado e verificar se seria Comarca de Canoinhas, e alterar para: "Ao Centro de Referência Especializado em Secretaria Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC". Foi ressaltado que a outra nota será encaminhada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, incluir o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. Foi sugerido suprimir o Ministério Público Federal, colocar a Procuradoria do Estado de Canoinhas e na outra nota colocar os Ministérios, Defensoria Pública da União. Foi sugerido direcionar ao Ministério Público de Canoinhas e retirar a Procuradoria. Foi concordado. Foi proposto no trecho referente ao Ministério Público do Estado de SC inserir "em específico aquelas que foram afastadas das famílias". Iniciada a votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi passado para os informes da Secretaria Executiva. A Sra. Laurenice Alves de Castro relatou que o Conanda esteve presente no dia 11 de julho no Encontro nacional do comitê



com a participação do Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva e da Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas, representando o Conanda. Acrescentou que nos dias 10 e 11 aconteceu o segundo Fórum Interconselhos e os conselheiros Carlos Frederico dos Santos, Ana Claudia Cifali, Elói Gallon, Marta Volpi e Rozângela Borota Teixeira representaram o Conanda. Arrazouo que no dia 10 de julho ocorreu o Seminário Nacional Psicologia e Orfandade: direitos de crianças e adolescentes e foi representado pelo Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva e pela Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas. Discorreu que no dia 5 de julho aconteceu a Conferência estadual do estado da Paraíba, e o Conanda foi representado pelo Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva. Sobre os ofícios e encaminhamentos da última assembleia, declarou que a resolução relacionada ao trabalho infantil foi publicada na rede do Conanda e encaminhada para todos os presidentes de CEDECA e secretários executivos. Anunciou que o Relatório de inspeção do socioeducativo do Amapá foi encaminhado para a coordenação do SINASE e a solicitação da Rede da Primeira Infância foi encaminhado para o Conselheiro Diego Bezerra Alves. Adicionou que a Carta Helena era uma denúncia que foi encaminhada a ouvidoria, que o GT dos Povos Tradicionais não foi aberto e relatou que o presidente propôs encaminhar para o CDHAP. Declarou que a denúncia do Ministério Público feita pela Coalizão pela socioeducação foi respondida, informando que a última assembleia foi transmitida com a participação de representante da Coalizão pela Socioeducação e a nota sobre a PPP da Socioeducação foi publicada e está no site. Sobre o GT da Orfandade, declarou que foi encaminhado para a OAB e o CNAS com prazo até 18 de julho para encaminhar representantes para a formulação do GT. Sobre a resposta da Rede Nacional de Aprendizagem, relatou que a Conselheira Rozângela Borota Teixeira fez uma resposta e foi publicada. Complementou que o evento do ECA foi um sucesso, parabenizou a vice-presidente, declarou que a Secretaria executiva encaminhará amanhã a convocação para a próxima assembleia em agosto, o prazo para resposta é na próxima quarta-feira para comprar as passagens com antecedência e solicitou que os conselheiros prestem contas amanhã. Informou que aconteceu um *webinário* sobre acolhimento no dia 30 com a presença das conselheiras Débora de Carvalho Vigevani e Fabiane Macedo Borges que estiveram na organização e o secretário na abertura. A Conselheira Ana Claudia Cifali discorreu sobre o GT violência nas escolas, informou os temas, que elaboraram a resposta ao GT do MEC, conversaram com o CNAS, pois pretendem enviar questionamentos para verificar que ações estão fazendo e para fazer um documento robusto com relação as plataformas. A Conselheira Débora de Carvalho Vigevani discorreu sobre o *Webinário* sobre acolhimento em família acolhedora organizado pela CPP e com a presença de três órgãos, com participantes de órgãos estaduais e declarou que podem entregar os guias de acolhimento aos conselhos estaduais. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas ponderou que pode constituir o GT por resolução e o de violência nas escolas pode ser encaminhado, que o GT da orfandade aguarda a resposta e que o GT socioeducativo deve combinar o prazo até amanhã para que cada comissão indique um nome para a Sra. Laurenice Alves de Castro e que o GT realize os convites externos. O presidente discorreu sobre mecanismo do *Twitter* que poderia ver a disseminação de mensagens. Salientou a necessidade de verificar sobre o controle das plataformas, sendo importante criar algo sobre o assunto. O Conselheiro Diego Bezerra Alves afirmou que começou a produção de um texto que será apresentado em breve ao conselho. A Conselheira Deila do Nascimento M. Cavalcanti informou que foi feita uma discussão prévia na CDHAP sobre o GT da Socioeducação e pensou em uma composição paritária com o MEC, MDH, possibilidade de diálogo com a Coalizão pela Socioeducação, FONACRIAD e Comissão Intersetorial do SINASE e que pensam em uma minuta para a composição do GT. O Presidente indagou se seriam dois membros do Conanda. A Conselheira Deila do Nascimento M. Cavalcanti respondeu que seriam dois membros da sociedade civil e dois membros do governo. Foi ressaltada a importância da resolução e sugerido que criem e que a mesa diretora analise. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva explicou que a resolução do GT violência nas escolas foi criado, é necessário apenas publicar, que o GT da Socioeducação terá que esperar a CDHAP indicar, fazer uma minuta para a mesa diretora aprovar e publicar e que o GT da Orfandade está esperando a OAB. Foi ressaltada a importância da paridade, sendo o ideal ter a mesma quantidade nos mesmos GT's. A Conselheira Ana Claudia Cifali propôs na minuta da CDHAP incluir o MDS. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva explicou que o GT Violência nas escolas é composto por MDS, MEC, MDH, Instituto Alana, Fundação ABRINQ, CFP e NECA. Foi explicado que pode ser conversar internamente e redividir. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva ressaltou a importância da paridade. Foi lembrada a situação dos povos originários da Amazônia, principalmente de Roraima de conflitos. Foi destacado que nunca houve uma ação efetiva, que existem poucas resoluções sobre os povos originários e que foi solicitado ao Conanda para que veja a situação com mais clareza, principalmente dos povos Yanomami. Foi sugerido montar uma comissão do Conanda para acompanhar *in loco* ou fazer uma assembleia descentralizada do Conanda em Roraima para ouvir a situação. O Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger ressaltou que as comissões precisam encaminhar os nomes para a comissão de monitoramento, que monitorará os projetos da secretaria e que devesse esforçar para que a proposta seja muito votada. Parabenizou o MDH pela coragem de interromper a privatização da socioeducação e ao MEC pelo encerramento da escola cívico militar. Propôs que o Conanda crie uma nota parabenizando o MEC pela coragem. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva sugeriu o Conselheiro Edmundo Ribeiro Kroger fazer a nota. Foi concordado. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva ponderou quanto aos povos tradicionais que deve ser colocado como pauta para discutir com as comissões, que o diálogo deve ser feito com o sistema de garantias local, que se houver a oportunidade de ir à conferência pode acoplar as discussões e ver as ações que o governo está fazendo. Foi ressaltado que os trabalhos das infâncias indígenas serão continuados na CDHAP. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 316ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

*Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata*

LAURENICE ALVES DE CASTRO

Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Laurenice Alves de Castro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 29/08/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3779570** e o código CRC **712E526D**.